

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

SABRINA TALINE DA CRUZ RIBEIRO

**TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL
CONFORME AS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS.**

MATINHOS

2017

SABRINA TALINE DA CRUZ RIBEIRO

**TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL
CONFORME AS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social,
apresentado como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Questão Social na Perspectiva
Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná –
Litoral.
Orientador: Almir Andrade

MATINHOS

2017

TERMO DE APROVAÇÃO
SABRINA TALINE DA CRUZ RIBEIRO

**TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL
CONFORME AS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Litoral.

COMISSÃO EXAMINADORA

APL

Orientador: Almir Andrade - UFPR

APL

André Borges - UFPR

APL

Eduardo Harder - UFPR

Aula de voo.

O conhecimento
caminha feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas ávidas das manhãs.
Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas;
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma do muro,
orgulha-se de seu casulo.
Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.
Mas o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar;
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.
O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como asas.

Mauro Iasi.

AGRADECIMENTOS

O dia tão esperado enfim chegou! Dia em que através dos agradecimentos podemos homenagear aqueles que de alguma forma contribuíram para que este sonho se concretizasse.

Primeiramente devo agradecer a Deus que me deu a vida e que, ao me colocar numa família abençoada fez com que eu encontrasse o meu caminho. E que com certeza, durante todo meu processo de aprendizagem, em todos os momentos de dificuldade não só esteve do meu lado, mas me levantou sempre que caí e me carregou no colo. Agradeço a Ele também por ter me dado o meu bem mais precioso, meu tesouro, que deu um novo sentido a minha vida, o meu filho Cauã, que me acompanhou nesta trajetória, ainda na minha barriga. Foi ele quem me impulsiona e me dá forças para seguir adiante, filho eu te amo imensamente e por você eu lutarei até o fim.

À minha mãe que amo muito e que mesmo com todas as dificuldades de sua doença, sempre que possível me ensinou princípios que me fizeram chegar até aqui, sempre me lembro do que dizia “filha estude, estude”. E que através de todo nosso sofrimento, das tribulações, eu encontrei meu caminho, sim mãe tinha um propósito com tudo isso. Obrigada por tudo minha guerreira, você que com todos os obstáculos não foi só mãe, mas foi também pai, amiga, companheira. Obrigada por aguentar e me escutar em todos os momentos difíceis. Te amo muito e saiba que você é a fonte das minhas inspirações, por você hoje estou aqui.

Aos meus familiares que direta ou indiretamente estiveram presente na minha vida de uma forma geral. Em especial a minha prima Cristiane que sempre esteve disposta em me ajudar, tanto em relação aos meus estudos, mas também com as dificuldades pessoais que surgiram, obrigada minha irmã de coração, sou muito grata a tudo que sempre fez por mim. As minhas madrinhas, Olívia e Raquel que eu sei que torcem muito por mim e com certeza eu estive em suas orações, obrigada por fazerem parte desta história.

Aos professores que fizeram parte da minha formação, obrigada pelo empenho e dedicação em compartilhar de todo os seus conhecimentos.

Ao meu orientador Almir, que dedicou seu tempo, tão corrido em me orientar, que clareou meu caminho em momentos de desespero, obrigada hoje e sempre

Aos adolescentes, meus sujeitos de pesquisa, imensamente grata, pois sem eles não seria possível a construção deste estudo

Aos colegas do “busão” pelas reflexões surgidas durante as nossas viagens, certeza que somaram muito para minha vida.

Não foi fácil chegar até aqui e ter vocês por perto fez este sonho se tornar realidade.

A todos muito obrigada!!!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi elaborado a partir de uma comparação entre a pesquisa realizada em 2015 na Obra Social Santo Aníbal (OSSA) e de 2107. E teve como objetivo verificar a evolução do trabalho realizado com adolescentes na OSSA entre 2015 e 2017. Para tanto, utilizamos alguns procedimentos metodológicos que nortearam tal estudo, desta forma, a pesquisa é do tipo qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, que se configura como entrevista semiestruturada, realizada com dois adolescentes que possuem ou possuíram vínculo com a Instituição, um que já não participa do projeto e também com o profissional de serviço social da OSSA, entendidos como sujeitos significativos da pesquisa. A análise dos dados refletiu que não houve avanços significativos, no trabalho com os adolescentes na instituição, desde 2015.

Palavras-Chave: Trabalho, Assistência Social, Adolescentes.

ABSTRACT

This study was developed based on a comparison between the research carried out in 2015 at the Obra Social Santo Aníbal (OSSA) and 2107. It aimed to verify the evolution of the work performed with adolescents in the OSSA between 2015 and 2017. For that, we used some methodological procedures that guided such study, in this way, the research is of the qualitative type. The data collection was done through a questionnaire with open and closed questions, which is configured as a semi-structured interview, conducted with two adolescents who have or have had a link with the Institution, one that no longer participates in the project and also with the professional of social service of the OSSA, understood as significant subjects of the research. Data analysis showed that there were no significant advances in work with adolescents in the institution since 2015.

Keywords: Work, Social Work, Adolescents.

LISTA DE SIGLAS

AREAS – Associação Rogacionista de Educação e Assistência Social

CF – Constituição Federal

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSSA – Obra Social Santo Aníbal

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTORODUÇÃO.....	9
DESENVOLVIMENTO.....	14
CAPÍTULO I.....	17
1. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	17
1.1 POR QUE PARTICIPAM DA OSSA, HÁ QUANTO TEMPO E QUE ATIVIDADES DESENVOLVEM.....	19
1.2 SIGNIFICADO DA ATIVIDADE APRENDIZ E ATUAÇÃO NA ÁREA.....	21
1.3 EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA E SIGNIFICADO DE TRABALHO.....	25
1.4 SONHOS DOS SUJEITOS DE PESQUISA.....	27
1.5 CONHECIMENTO SOBRE O ECA.....	30
1.6 SIGNIFICADO DA ESCOLA.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE 01 – FORMULÁRIO DE ENTRVISTA SEMIESTRUTURADA.....	44
APÊNDICE 02 – FORMULÁRIO DE ENTRVISTA SEMIESTRUTURADA.....	45
APÊNDICE 03 – FORMULÁRIO DE ENTRVISTA SEMIESTRUTURADA.....	46

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso surge como proposta em comparar a pesquisa da graduação em serviço social no ano de 2015, com a pesquisa realizada em 2017 no curso de especialização da Universidade Federal do Paraná - Litoral. Tendo em vista o grau de dificuldade encontrado para propor outro objeto de estudo, uma vez que a autora do presente trabalho não possui vínculo com outra instituição, a não ser a Obra Social Santo Aníbal - OSSA-, onde realizou a prática de estágio no último ano de graduação.

A OSSA é uma Organização Não Governamental – ONG – e tem como mantenedora Associação Rogacionista de Educação e Assistência Social (AREAS). A OSSA foi fundada em 2003, e faz parte da Rede Rogacionista de Educação e Assistência Social. Embora o trabalho social da AREAS tenha se iniciado muito antes, com a chegada dos primeiros Rogacionistas no Brasil, por volta do ano de 1958, especificamente em Minas Gerais – MG posteriormente o trabalho expandiu-se para outros estados brasileiros, onde o trabalho dos padres tinha um compromisso de acolhimento e cuidado com as crianças e suas famílias, que se encontravam em situações de vulnerabilidade.¹

A OSSA está situada no Bolsão/União, Jardim Vila União Ferroviária e Icaraí, localizadas no bairro do Uberaba, em Curitiba, e a população que se instalou nesta região é migrante de cidades do interior do Paraná e de outros estados brasileiros. De acordo com relatos, os fundadores do projeto na comunidade perceberam a demanda que vinha dos pais, pois estes não tinham um lugar para deixar seus filhos enquanto estavam no trabalho, foi então que eles começaram este projeto. Tendo como público alvo as crianças e adolescentes da comunidade.

As ações do projeto que se iniciou na OSSA são desenvolvidas pelo Núcleo Socioeducativo Rogacionista no atendimento há aproximadamente 180 crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de risco e vulnerabilidade social. Desde a instalação da instituição na região, procurou-se adaptar o serviço ofertado segundo a legislação vigente, principalmente com a Política de Assistência Social e com os direitos da Criança e do Adolescente, tendo como principal serviço, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para população com idade acima mencionada.

¹Esta parte do texto foi construída através de consulta no site: www.ossa.org.br.

A Obra Social Santo Aníbal juntamente com as instituições da Rede de Proteção, visa contribuir para a garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes da cidade de Curitiba, as ações estão pautadas pelos seguintes documentos e diretrizes: Caderno de Orientação Técnica Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990); Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109, que dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.²

Com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares dos usuários, contribuindo na prevenção e diminuição da vulnerabilidade e risco social, a OSSA está situada, dentro da Política de Assistência Social, na Proteção Social Básica:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...], e, ou, fragilização de vínculos afetivos [...] (PNAS, 2004 p.33).

Sendo assim a instituição assume um papel preponderante na comunidade, pois além do atendimento as crianças e adolescentes que a frequentam e fazem parte do SCFV, é possível atender também às famílias, por meio da acolhida, reuniões bimestrais e encaminhamentos para serviços públicos, buscando sempre a inclusão, a superação das vulnerabilidades e dos riscos sociais, bem como fortalecer a função protetiva da família.

Sobre o Serviço Social na instituição podemos afirmar que:

O serviço social na Obra Social Santo Aníbal (OSSA) existe para desenvolvimento de projetos que atendem famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade econômico-social na Vila União Ferroviária. Suas ações têm incidência direta sobre a qualidade do atendimento, no combate à miséria ou pobreza e, sobretudo, na orientação social voltada para a busca dos direitos, conscientização e participação cidadã. Tudo isso numa perspectiva de acompanhamento personalizado, conhecimento da realidade social, econômica e estrutural das famílias do Jardim União. Sabendo que o poder público também possui instâncias de acompanhamento em assistência social, a OSSA busca trabalhar em parceria, trocando experiências, informações e, especialmente, buscando soluções públicas, privadas e junto à Igreja Católica, para os desafios sociais das crianças, adolescentes, jovens e famílias. As ações do serviço social na OSSA são variadas e buscam fazer valer a proposta sociopedagógica da entidade e a garantia dos direitos constitucionais, particularmente aqueles que tangem a defesa e a proteção social.³

² Esta parte do texto foi obtida através de pesquisa em site: www.ossa.org.br.

³ Idem.

Entende-se que o poder público deve garantir os direitos fundamentais aos cidadãos, porém com a adoção do projeto neoliberal⁴ o Estado não cumpre com sua função, cabendo ao terceiro setor suprir a carência do próprio poder público, visto que no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, cabe ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, serviço da Proteção Social Básica, cumprir com o atendimento desta demanda. No entanto, fica claro que o Estado não dá conta da demanda, desta forma, firmando convênio com as instituições privadas.

Conforme Montañó (2002), neste contexto de contradições oriundas da sociedade capitalista, sobretudo do projeto neoliberal, há um achatamento das políticas sociais e um Estado mínimo com relação a suas responsabilidades sociais, sob o discurso de “esgotamento e/ou à falência do Estado”, enfatizando um Estado em crise fiscal. Desta forma é possível fundamentar a contra-reforma do Estado, onde se reduz os gastos com as ações sociais de cunho estatal, incentivando ações do chamado “terceiro setor”. Como primeiro setor entende-se o Estado, o segundo setor o mercado e o terceiro setor organizações da sociedade civil sem fins lucrativos pautadas na solidariedade, na sensibilidade do empresariado, que atendem demandas de responsabilidade do primeiro setor, ou seja, são instituições privadas que atuam com interesse público. Sendo o “terceiro setor” que resolveria a oposição entre o público e o privado, uma vez que o Estado (público) estaria em crise e o mercado (privado) tem uma lógica lucrativa, a respostas para a questão social⁵ ficaria a encargo do “terceiro setor”. Com esta ideia de transferência de responsabilidades de um setor para o outro, com precarização das políticas sociais, o que deveria ser um direito do cidadão, ganha um viés filantrópico agora com uma nova roupagem.

Atuando com as políticas sociais, seja na execução ou no planejamento, o assistente social é um profissional que tem significativa importância dentro destas instituições, pois cabe ao mesmo a garantia dos direitos de cidadania e defesa da democracia neste espaço sócio-

⁴ Ideologia que acompanhou a ofensiva capitalista em nível mundial desde 1973. Defende o livre comércio, bem como a livre circulação do capital, é conservadora e se opõe a toda forma de pensamento livre, contraditor das liberdades públicas, pregando pelo controle e vigilância constante dos indivíduos. Promove ainda as privatizações e desmonte dos direitos sociais, prevendo redução com gastos nas áreas da saúde, educação e assistência. Traz à tona formas repressivas de atuação sobre a classe trabalhadora, bem como práticas corriqueiras do capitalismo, racismo, xenofobia, machismo e militarização. (Dicionário marxista, disponível em <http://pcb.org.br/>)

⁵ Entende-se por questão social como Cerqueira Filho (1982) a conceitua, como sendo “a expressão do conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que a formação da classe operária e seu ingresso no cenário político desencadearam no curso da constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista.” (p.13)

ocupacional, uma vez que o grande desafio neste “setor” seria a qualidade nos serviços prestados. Portanto, cabe ao profissional de serviço social que atua no chamado “terceiro setor”, implantar a Política de Assistência Social em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/93) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/04), nestas instituições, segundo Costa, bem como coordenar, planejar, avaliar programas e projetos neste campo de atuação.

Identificam-se no território várias expressões da questão social, tais como saúde (saúde mental), habitação, violência, meio ambiente, evasão escolar, informalidade no trabalho, desemprego e outras.

Embora alguns autores entendam que só existem três expressões da questão social, tal como o pauperismo, a violência e o não trabalho; pois estas são resultantes diretas do modo de produção capitalista e da sua contradição, capital x trabalho. Porém, sabe-se que é por meio das políticas sociais que Estado e burguesia respondem às mazelas decorrentes da questão social, assim sendo, quando a classe trabalhadora é privada de acessar tais políticas sociais, que são direitos do cidadão e responsabilidade do Estado, então elas se configuram como expressões da questão social, pois estão embutidas na correlação de forças, oriundas da sociedade capitalista.

Neste sentido, surge como objetivo geral:

Verificar a evolução do trabalho realizado com os adolescentes na Obra Social Santo Aníbal entre 2015 e 2017.

E como desdobramento do objetivo geral, os objetivos específicos:

- Revisar a bibliografia apresentada em 2015;
- Entrevistar os adolescentes e o serviço social da instituição;
- Analisar os dados coletados;
- Apontar as principais diferenças entre os anos de 2015 e 2017.

Para atingir satisfatoriamente o objetivo, lançou-se mão de alguns procedimentos metodológicos, e a fim de nortear a pesquisa. A coleta de dados se deu através de entrevista com os adolescentes da instituição, num universo de aproximadamente cento e oitenta usuários dos serviços oferecidos pela instituição, pretende-se entrevistar três adolescentes que

compõem o projeto e dois adolescentes que já fizeram parte e hoje se encontram desligados da OSSA, partindo da premissa de que este foi o número de entrevistados em 2015, e entrevistar também o profissional de serviço social da instituição, tal como foi na outra pesquisa. As entrevistas serão realizadas na própria instituição no decorrer do mês de abril de 2017.

DESENVOLVIMENTO

Em contrapartida a esta proposta inicial de realizar as entrevistas com o mesmo número de sujeitos significativos da pesquisa de 2015, foram encontradas inúmeras dificuldades para a coleta de dados. Isto pode ser explicado por alguns fatores que mudaram desde 2015 para o presente momento.

Primeiramente, ainda que a autora deste trabalho possua algum vínculo com alguns setores da entidade, esta relação estabelecida mudou bastante. Tendo em vista que em 2015 a mesma era estagiária de serviço social da OSSA, o que fortalecia a ligação com o responsável pelo serviço social, pois enquanto estagiária, uma vez por semana estava na organização. O profissional de serviço social em 2015 participou ativamente do processo de construção da pesquisa, visto que este fez parte dos sujeitos pesquisados.

Depois houve uma mudança no quadro de pessoal da instituição, tanto no que diz respeito à gestão, como também na área do serviço social, já não é mais o mesmo gestor, nem o mesmo assistente social que compunha em 2015. Sendo assim, os contatos estabelecidos com a entidade ocorreram por meio do setor pedagógico, que ainda permanece o mesmo.

Ao fazer os primeiros contatos com o profissional de pedagogia, as dificuldades encontradas foram para receber o retorno referente à autorização para realização do estudo. Mas ainda que tardio, a liberação foi concedida sem maiores impedimentos. Vale ressaltar que o responsável pelo setor pedagógico na OSSA foi bastante solícito para realização do estudo.

Vale destacar ainda, quando comparadas às duas pesquisas realizadas, diz respeito à liberdade para definição dos adolescentes que seriam elencados como sujeitos significativos de pesquisa. Em 2015 a pesquisadora teve total liberdade no processo de escolha dos atores do estudo, onde se optou por aqueles com idade mínima de 14 anos, entendendo que esta é a idade permitida pra ingresso em programas de aprendizagem, deixando aos próprios adolescentes que manifestassem vontade em participar da pesquisa.

Já para realização das atuais entrevistas não foi permitida a mesma autonomia para definição dos sujeitos de pesquisa. Uma vez que ao chegar à instituição para fazer a pesquisa, a autora deste estudo já se deparou com os adolescentes que participariam da investigação. Esta definição foi realizada pelo profissional da pedagogia, com o argumento de que seriam os adolescentes que poderiam contribuir efetivamente com o objeto em análise.

Neste sentido não foi possível atingir a proposta inicial de entrevistar o mesmo número de sujeitos significativos da pesquisa de 2015. Pois somente três adolescentes foram permitidos entrevistar, conforme a definição do profissional da OSSA. Dentre eles estão, dois adolescentes que participam ativamente do projeto e um que atualmente encontra-se desligado. Deste modo, é possível que se perca, em termos de conteúdo, em relação à pesquisa de 2015.

Questiona-se também o posicionamento do profissional de serviço social frente à realização da pesquisa atual, pois este se mostrou indiferente em participar do processo. Tendo em vista que o profissional de serviço social não estava na instituição no momento da coleta de dados, fora deixado o questionário para que este respondesse posteriormente e desse a devolutiva via e-mail, porém a resposta não chegou. Esta é outra diferença importantíssima em comparação com o estudo de 2015, onde o profissional atuante no serviço social responde satisfatoriamente ao questionário.

Então se indaga a cerca dos motivos que levam ao técnico do serviço social em não contribuir com um estudo que, favorece tanto a instituição quanto o serviço com o qual trabalha. Pressupõem-se alguns elementos que podem ter influenciado tal posicionamento.

Um deles é o fato de que, o profissional que atua no serviço social da OSSA, pode entender que não possui maturidade profissional suficiente para emitir uma opinião sobre o objeto de estudo, dado que sua graduação e atuação na instituição são muito recentes. Deste modo, pode não ter se sentido confortável em responder a pesquisa, levando em conta que ainda esta num processo de conhecimento da realidade do território e também da instituição.

Outro fator refere-se à ausência de vínculo com a pesquisadora, pode não ter sentido confiança em participar do estudo por este se tratar de uma comparação com a antiga pesquisa, onde o outro profissional já atuava a bastante tempo na instituição e também foi supervisor de estágio da autora da pesquisa, o que significa que possuíam uma relação de afinidade.

Mais um elemento que pode ser evidenciado, é a ausência de tempo hábil para responder a pesquisa, pois a instituição pode apresentar demandas que ocupem toda a carga horária de trabalho do assistente social, o que é bem comum no cotidiano deste profissional. É aí que se encontra a grande contradição do trabalho do assistente social, onde se observa os limites e desafios postos a profissão, com destaque ainda maior aos atuantes no terceiro setor.

Mesmo que o assistente social possua autonomia do seu trabalho, existem as demandas institucionais que se materializam como um conjunto de condições articuladas que afetam o exercício profissional e a consolidação do projeto ético-político. Entretanto, o código de ética profissional de 1993 fornece os subsídios para o exercício profissional no cotidiano. Neste sentido, é preciso ter clareza dos objetivos institucionais para não confundi-los com os objetivos do serviço social, Guerra⁶ faz uma reflexão acerca disso, é preciso compreender que “a instituição é feita de pessoas, para ir além dos objetivos da instituição, temos que pensá-la num movimento feito por pessoas que possuem intencionalidades, identificar com quem se pode compor”.

⁶ GUERRA, Yolanda. *Os desafios do exercício profissional na contemporaneidade*. Unibrasil. Curitiba, 2015.

CAPÍTULO I

1. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.

Assim como a pesquisa realizada em 2015, os sujeitos significativos deste estudo residem na Vila União Ferroviária, na cidade de Curitiba-PR. A composição familiar entre as duas pesquisas se mostrou a mesma, pois na grande maioria dos entrevistados moram somente com a mãe e os irmãos ou ainda, mãe, avó e os irmãos; somente com a mãe, tia, os irmãos e primos; somente com a avó. Em ambas as pesquisas, há apenas um dos entrevistados cuja composição familiar é nos moldes da família tradicional conservadora, pai, mãe e irmãos. Onde se faz possível identificar os novos arranjos familiares que compõem a atual sociedade brasileira. Essa nova concepção de família surge com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços na área dos direitos sociais, onde há uma ampliação aos direitos de cidadania e partir dela passa a existir um sistema de proteção social. Em seu artigo 226 diz que “*a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado*”. A família passa a ter uma centralidade na esfera das intervenções das políticas sociais, sobretudo da assistência social. A família desempenha um papel preponderante na sociedade, ela atua como reguladora entre os indivíduos e a coletividade. Contudo, há que se considerar, esta como parte de uma totalidade na sociedade capitalista, onde o convívio cotidiano é um espaço contraditório, permeada de conflitos e desigualdades. Sendo assim, sobre a concepção de família a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) entende que:

[...] é preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões de clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não tem mais o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e lugar para compreensão do conceito de família. (PNAS, 2004)

Outra característica comum entre as duas pesquisas, ao analisar as famílias dos entrevistados, consiste em que, as famílias da maioria dos pesquisados não só estão inscritas

no cadastro único⁷ (condição esta para participar da OSSA), como também recebem o bolsa família, o que as caracteriza, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como em situação de pobreza ou extrema pobreza. Dado este que leva a refletir também sobre a efetividade dos trabalhos realizados com as famílias do território, pois tal programa surge com a proposta de que as famílias possam superar as situações de vulnerabilidade e pobreza. Porém para tanto, devem ser articulados um conjunto de ações que permitam a efetivação de políticas sociais paralelas ao programa de transferência de renda, para a superação destas vulnerabilidades temporárias. Deste modo questiona-se o papel da rede de proteção local, quais intervenções para transformação na realidade local vêm sendo realizadas por estes equipamentos, tendo em vista que este dado não mudou desde 2015.

Em relação aos sujeitos de pesquisa, para preservação das identidades dos mesmos, nas entrevistas foram adotados nomes fictícios, enfatizando a importância da participação e autonomia dos entrevistados no processo de escolha dos nomes a serem utilizados, aos quais se sugeriu apenas que escolhessem nomes que remetessem a eles algum significado, assim como foi em 2015. Os nomes escolhidos foram: Pablo Vitar, Jéssica (“nome que veio na minha cabeça agora”) e Alanis (“porque um dia eu quis ser *Drag queen* e meu nome seria este”). Vale ressaltar ainda que, observou-se que ao proporcionar uma autonomia mínima aos entrevistados, como a escolha dos nomes fictícios, estes se mostram timidamente frente a essa autonomia, não se posicionando, não se permitindo falar o que sentem ou o que pensam (com exceção de apenas um), isso infere toda herança de um Brasil ditatorial, onde o falar causa medo e desconforto. Neste sentido é que OSSA deve entrar com seu papel para com estes usuários, desconstruindo estas barreiras e proporcionando um espaço de empoderamento⁸.

⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Disponível em www.mds.gov.br.

⁸ Utilizado no serviço social para dar especificidade à profissão, tendo em vista as inúmeras profissões que trabalham com as expressões da questão social. Neste sentido o assistente social deve possibilitar o empoderamento dos usuários, como levá-los a perceber o direito a ter direitos, na consolidação do poder da classe trabalhadora e sujeitos de direito. Esta abordagem pode ser mais bem entendida na obra de Vicente de Paula Faleiros, *Globalização Correlação de Forças e Serviço Social*. (Cortez, São Paulo: 2013)

1.1) POR QUE PARTICIPAM DA OSSA, HÁ QUANTO TEMPO E QUE ATIVIDADES DESENVOLVEM.

Não foram constatadas mudanças significativas nas falas dos adolescentes entrevistados em 2015 e 2017, inclusive não houve alterações nas abordagens metodológicas da instituição em relação às atividades desenvolvidas. Uma vez que em 2015 identificou-se o Klavaro⁹ como uma atividade que eles realizam na OSSA e aparece novamente na fala em 2017:

“Eu participo porque se eu fica em casa sozinho não tem nada pra faze, daí a mãe coloco eu no projeto, pra não fica na rua também. Acho que um ou dois anos. [...] Informática, nois faiz negócio no computador, pra aprender a digitar rápido, usar o computador também. Nois faiz também klavaro, que é bem rapidinho pra digitar com as mãos. Aprender procurar trabalho, saber mexer.” **(Bruno P. 14 anos, 2015)**

“Entrei porque não tinha onde ficar para minha mãe trabalhar, agora participo porque gosto. [...] desde os seis anos. Primeiro começa com klavaro, que é para treinar a digitação. Depois começa a fazer uma atividade, as vezes trabalho no world. A professora sabe lidar com a gente, ela ensina algo novo pra gente aprender.” **(Pablo Vitar 14 anos, 2017)**

Para eles participar do projeto ainda remete a ideia de ter uma ocupação e/ou entram para ter um lugar para ficar enquanto o responsável está no trabalho, assim como era no surgimento da OSSA na comunidade, pois esta é oriunda da percepção dos padres Rogacionistas da necessidade da criação de um espaço para as famílias deixarem suas crianças enquanto estão no trabalho.

A instituição se configura como um espaço de convivência e aprendizado, onde podem desde praticar esportes, como realizar pesquisas sobre diversos temas, desenvolver atividades de informática e tecnologia.

Em relação às atividades que desenvolvem ou que já desenvolveram, também aqueles que já participaram do projeto, identifica-se que não houve mudanças no quesito metodologia de trabalho da instituição. Isso pode ser visto como um problema, pois atuar com adolescentes requer dos trabalhadores, que estes sejam criativos e estejam em constante atualização das atividades, pois estas devem instigar e provocar nos participantes do projeto o desejo de permanecer no serviço.

⁹ Klavaro sua tradução quer dizer teclado, ele é programa de digitação simples e completo que serve tanto para Windows como para Linux, foi criado por um programador brasileiro Felipe E. F. de Castro e por um design polonês Szczepan Marchewski. Disponível em www.hardware.com.br

É preciso ter em vista que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), não deve ser entendido tão meramente como um depósito de crianças e adolescentes no contra turno escolar. De forma que se constitua apenas num espaço para ficarem enquanto os responsáveis desenvolvem suas atividades laborativas, claro que este fator também é visto como uma situação de risco e vulnerabilidade, que requer uma intervenção protetiva para família. Mas ao pensar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, tal como prevê as regulamentações da área, o SCFV deve ser entendido como um espaço que promova a autonomia, participação, superação das vulnerabilidades sociais, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários do público alvo, ou conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais:

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. (2009)

Em 2015 questionou-se também o serviço social sobre atuar com adolescentes, quais dificuldades encontradas. Foi feito o mesmo questionamento na atual pesquisa, porém não se obteve resposta. Neste sentido não é possível avaliar se o serviço social conseguiu avançar neste trabalho com os adolescentes. Através do relato do profissional da área em 2015, a partir das dificuldades apontadas por ele, ficou evidenciado que:

O trabalho sistemático no desenvolvimento de projetos, com intuito de contribuir e permitir um espaço de reflexão, desenvolvimento e protagonismo dos adolescentes frente aos desafios presentes no universo do trabalho, ainda não tiveram materialidade para ser realizado pelo Serviço Social na instituição. São os limites e desafios dados a própria profissão que emerge da contradição oriunda da sociedade capitalista, ainda que o assistente social possua sua autonomia profissional ele é trabalhador. (RIBEIRO, 2015)

Ainda sobre isso é possível verificar em Amador (2011) que:

Os empregadores articulam um conjunto de condições que interferem no exercício profissional e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional do Serviço Social em espaços sócio-ocupacionais específicos. (AMADOR, 2011, p. 351)

Em contrapartida a profissão defende um projeto ético-político, bem como a aproximação da teoria social crítica os colocam a favor da classe trabalhadora. Neste sentido o Código de Ética profissional de 1993 fornece subsídios para o exercício profissional no cotidiano. E conforme o terceiro princípio do código de ética dos assistentes sociais, que fala sobre a ampliação e consolidação da cidadania, mas esta entendida além dos limites do projeto neoliberal. A luta da categoria profissional é para o atendimento amplo aos usuários do serviço social, sem se amarrar nos limites dos benefícios eventuais. O compromisso do assistente social é com uma nova ordem societária, em que se elenca a igualdade de acesso a bens e serviços entre todos, bem como a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (PAIVA; SALES, 1996).

Contudo, como já mencionado anteriormente, não é possível comparar esta realidade apresentada em 2015 com a realidade atual do trabalho sistemático do serviço social, uma vez que este se absteve de participar da construção deste estudo.

1.2) SIGNIFICADO DA ATIVIDADE APRENDIZ E ATUAÇÃO NA ÁREA.

Ao serem questionados sobre o significado da atividade aprendiz e se já desenvolveram a atividade como tal, observa-se nenhuma alteração em ambas as pesquisas. Pois demonstram interesse em atuar como aprendiz e ainda não conseguiram, também não possuem conhecimento mais aprofundado acerca da atividade. Infere-se nos relatos:

“Uhum, aprendiz ele é um trabalho né?... acho que é uma oportunidade de... ah eu não sei direito, já tinha ouvido falar do aprendiz, mas não sei direito... Ia muda muito pra mim e pra minha família, porque daí eu ia ajudar os meus pais.” (Pedro, 2015)

“Tenho. Ser um menino bom, estudioso, ser mais educado com os outros, e trabalho também.” (Bruno P, 2015)

“Pretendo. Pra aprender alguma coisa, que a gente ainda não sabe muita coisa, e daí como aprendiz a gente pode ter mais sabedoria. Já ouvi falar, não conheço muito o que é aprendiz. (Ézio, 2015)

“Eu pretendo, é uma ajuda, melhora pra gente ter mais conhecimento. Trabalha meio período, faz curso, tem que estar estudando e não pode ter muita falta, e que começa a partir dos 14 anos. Seria muito bom porque eu ia trabalhar adequadamente, ter tempo para estudar, fazer coisas de pessoa da minha idade... Sair, se divertir, que tem gente que tem que ficar trabalhando, em casa até vai, mais como trabalho infantil... (Pablo Vitar, 2017)

“Conheço, que é difícil de entrar, eu tentei por três anos e não consegui. Porque eu morava com a minha mãe e ela trabalha pro governo, então diziam que o salário dela não dava, porque priorizavam os que tinham renda menor que um salário.” (Alanis, 2017)

“Conheço o menor aprendiz, o que eu sei que recebe um salário mínimo, não recebe?... Pra comprar material, roupa, o que você precisa isso é o que eu sei, ajudar um pouco a mãe também. Interesse eu tenho bastante, eu vi que hoje aqui na OSSA tava fazendo carteira de trabalho, eu pedi pra mãe meus documentos para poder fazer, e tentar uma vaga... Ser aprendiz pra mim... aprender mais no que você já sabe, subir mais pra cima aprendendo, ficar consciente, do que pra baixo pro lado ruim” (Lucas, 2015)

Diante do exposto fica evidente que estes não obtiveram as informações necessárias para desenvolver uma reflexão acerca de ser aprendiz. Isso é identificado nas duas pesquisas, neste sentido mais uma vez entra em questionamento sobre a efetividade do trabalho da instituição com estes adolescentes. Uma vez identificada à demanda, cabe à mesma desenvolver estratégias de intervenção sobre as necessidades do público alvo. Se os adolescentes demonstram interesse na atividade de aprendiz, a OSSA deveria promover um espaço de reflexão para eles sobre a atividade, buscando parcerias, realizando os encaminhamentos, mas ao que se pode perceber isto não vem sendo feito pela instituição.

Ao analisar os relatos dos adolescentes, ainda que superficialmente, é recorrente nas falas, o entendimento de que ser aprendiz para eles é uma possibilidade de aprender sobre coisas que ainda não sabem e o compreendem como um trabalho. Percebem que exercer esta atividade é uma forma de melhorar a suas vidas e de seus familiares, é visto em suas respostas a preocupação e o desejo que sentem em poder ajudar a família. Ser aprendiz para eles os colocaria numa condição de pessoas boas, honestas e dignas.

Ainda que com respostas um tanto tímidas, identifica-se na compreensão deles, que está embutido à relação do trabalho como fonte de dignidade humana. Conforme pontua Fávero (2007):

Na sociedade em que vivemos, o trabalho e os rendimentos por ele propiciados estão na base da garantia de relativa autonomia dos sujeitos, isto é, por meio da renda auferida pelo trabalho, os sujeitos e/ou a sua família deveriam ter a possibilidade de se manter com dignidade. (p. 7)

O serviço social da OSSA em 2015 é interrogado, no que diz respeito às atividades voltadas para o programa aprendiz e este afirma:

“Ainda temos muito a fazer com relação a atividade voltada ao Projeto Aprendiz na instituição, bem como firmar parceria com outras entidades públicas e privadas para o encaminhamento dos adolescentes. Sensibilizar as famílias para a realização da

documentação dos filhos adolescentes; Oferecer conteúdos práticos e teóricos que forneçam o mínimo de conhecimento para a iniciação no universo do trabalho. Já estamos caminhando na OSSA, porém, há muitos trabalhos e iniciativas a serem implantadas, que promovam de forma significativa crescimento e o desenvolvimento dos adolescentes.” (Netto, 2015)

A partir do relato acima mencionado é perceptível a preocupação do profissional de Serviço Social em desenvolver ações voltadas para contribuir com a formação, não somente prático/ profissional voltada para o trabalho, mas também como formação intelectual que possibilite aos mesmos se entenderem enquanto pessoas de direitos. De forma a contribuir, para além da obtenção de um emprego ou contrato de aprendizagem, mas sim no processo de construção da identidade dos mesmos, na formulação de projetos de vida e de participação na transformação da sociedade.¹⁰

No mundo globalizado em que vivemos é de suma importância pensar em políticas públicas que contribuam para a formação da identidade do jovem, entendendo a sua condição peculiar de desenvolvimento, até mesmo como uma forma de prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais para este segmento.

[...] é necessário desenvolver programas e ações que melhorem a situação atual, levando em conta o aumento da vulnerabilidade social e pessoal deste segmento social, além da limitada oferta de oportunidades e da falta de preparo específico do jovem para assumir funções de trabalho. (SILVA, 2011, p. 7)

Entretanto é necessário ampliar o horizonte das possibilidades na intervenção junto à população juvenil, não se amarrando apenas no desenvolvimento de ações de cunho profissionalizante, que tende a atender os interesses do capital. E sim efetivar políticas públicas que possibilitem ao adolescente, enquanto sujeitos de direitos, o acesso também à cultura, esporte, lazer, conforme o predisposto no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1988)

¹⁰ Não é possível avaliar se o serviço social da OSSA na atualidade compartilha do mesmo pensamento, ou saber qual seu posicionamento frente a realidade estudada, uma vez que este não se pronunciou sobre o assunto, neste caso somente refletimos sobre o que já havia respondido em 2015.

Sobre isso cabe levantar outro aspecto importante quando se trata da profissionalização de jovens no Brasil. Entendendo como aprendiz, o jovem que estuda e trabalha, ao mesmo tempo em que recebe formação para profissão em que está se capacitando, vale destacar sobre a dicotomia no que cerne à educação profissional voltada as camadas populares e para as camadas favorecidas.

De um lado há um direcionamento em capacitar a força de trabalho, enquanto de outro visa o desenvolvimento de atividades de cunho intelectuais e acadêmicas. Existe uma concentração de carga e um peso muito maior sobre os adolescentes das classes empobrecidas, pois estes em idade de se preocupar, talvez, apenas em estudar e realizar algum tipo de lazer, esporte ou atividade cultural, ao contrário, se empenham em trabalhar e estudar, condição esta substancial para ser aprendiz.

Ao longo da história brasileira, a educação profissional tem sido dirigida principalmente às classes populares com o intuito de promover a capacitação da força de trabalho, distinguindo-se da educação direcionada para as camadas sociais privilegiadas, marcada pelo academicismo, seletividade e direcionamento propedêutico. (SALES; OLIVEIRA, 2010, p. 1)

Ainda que essa acepção, da destinação do ensino profissional aos menos favorecidos, tenha mudado um pouco esta representação, é possível observar traços do passado na aprendizagem nos dias atuais. Segundo as autoras em referência, o assistencialismo presente no ensino profissional perpassou os períodos Colonial, Imperial e início da República, fadado aos tidos como desvalidos, órfãos e pobres.

A própria terminologia “menor” por muito tempo foi utilizada para caracterizar a criança e o adolescente das classes subalternas geralmente ligadas às práticas infratoras. Na esfera da aprendizagem, na década de 1940, também era utilizado o termo “capacitar o menor” se tratando das crianças e adolescentes sem poder aquisitivo, no intuito de capacitar para o trabalho. Embora se tenha rompido com utilização deste termo para caracterizar a criança e o adolescente das classes empobrecidas, há uma resistência das forças conservadoras em abrir mão do termo. Mesmo sendo substituído por “adolescente aprendiz”, “jovem aprendiz” ou “aprendiz legal”, podemos identificar que muito se utiliza ainda do “menor aprendiz”, onde no próprio nome do programa fica evidente a quem se destina.

1.3) EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA E SIGNIFICADO DE TRABALHO.

A participação de adolescentes nas práticas produtivas dos grupos sociais, principalmente por imperativos econômicos e necessidade de subsistência, não é evento novo. Pelo contrário, se confunde com a história da organização do trabalho humano, visto que a consideração da juventude e da adolescência como fases da vida separadas da idade adulta e os impeditivos ao trabalho infanto-juvenil são recentes (Fonseca, 2003).

Para tanto, considerou-se essencial perguntar aos adolescentes sobre como pensam acerca da atividade remunerada e o significado do trabalho em sua vida. Contudo, os adolescentes que participam ainda da OSSA, em ambas as pesquisas, não possuem experiência com atividades laborativas, até mesmo por conta da idade que não lhes permite.

Em contrapartida, os adolescentes que não fazem mais parte da Instituição demonstram alguma experiência com atividade remunerada. Sobretudo, aqueles entrevistados em 2015, pois como só foi possível falar com um adolescente que não está mais na OSSA, na atual pesquisa, perde-se um pouco o conteúdo neste quesito do trabalho. Tendo em vista que a única entrevistada teve apenas uma tentativa de desempenhar atividade remunerada, porém sem sucesso. Como se pode ver no relato:

“Não, eu tentei, mas não deu certo. Eu tentei dar reforço de matemática, não deu certo porque tive que parar para fazer curso.” (Alanis, 2017)

Como se pode observar, com apenas este relato na atual pesquisa, fica muito complicado fazer uma avaliação entre as duas pesquisas, quando nos referimos a categoria trabalho. Ao comparar os estudos, não se tem muito a discorrer sobre a atualidade, perde-se o conteúdo, verifica-se a insuficiência de entrevistados, tornando-se inviável esta comparação. Lembrando que foi uma imposição colocada pela própria instituição ao fazermos a pesquisa, pois foi a OSSA que elencou os sujeitos significativos da pesquisa da forma como quis, não permitindo alcançar o mesmo número de entrevistados. Vale ressaltar que o serviço social em 2107 também não se pronunciou sobre a questão.

Neste caso, mais uma vez é necessário refletir sobre aquilo que já se tem produzido. Os adolescentes entrevistado em 2015, entendem o trabalho como:

“É bem dizer cortar grama, cortar árvore, aprender a pescar... Criar isca[...] eu recebo... na verdade eu falei para minha mãe eu vou dar uma ajudinha aí, ela falou não precisa, é só lavar uma locinha, ajudar na casa e você fica com o dinheiro pra você. Compra um tênis, roupa, aí eu falei então tá bom... Eu acho trabalhar é bom, pra você ter teu dinheiro pra não depender da mãe, ajudar a mãe quando ela mais necessita de você. Ajudar um pouco na família que de vez em quando eles precisam de alguma coisa, meu irmão mais velho está desempregado, ele trabalhava registrado de servente de pedreiro.”(Lucas, 2015)

“Eu trabalhava, trabalhava na panificadora. Foi bom aprendi várias coisas. Agora não trabalho... Tudo né também, sem trabalho sê não vive. (Bruno, 2015)

Fica evidente a partir das falas dos sujeitos de pesquisa, que estes entendem o trabalho como a possibilidade autonomia, de não depender mais da família e sim poder contribuir com os familiares quando preciso. De acordo com Silva (2011), trabalho pode significar para o jovem, como um meio pelo qual, este pode ter autonomia, formar sua identidade, ser reconhecido perante o meio em que vive, é poder adquirir coisas e fazer escolhas.

Conforme os relatos ainda se observam a percepção deles sobre o trabalho, enquanto necessidade inerente à vida humana. É o que Marx vem dizer sobre o trabalho, ele chama a atenção para o trabalho como forma de o homem satisfazer as suas necessidades, transformando a natureza em produtos de utilidade a vida humana.

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2002, p. 211)

O trabalho decorre da necessidade humana de fornecer respostas as demandas materiais e subjetivas de sobrevivência, ao passo em que são atendidas, novas necessidades aparecem, sendo assim homem e natureza vão se transformando num processo mútuo, tudo ao redor se modifica. Enquanto atividade coletiva, o trabalho é categoria fundante do ser social e constituinte da sociedade.

[...] O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando seus sujeitos, e sua organização. [...] foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social (NETTO; BRAZ, 2007, p. 34).

Com o evoluir da sociedade, surgem às primeiras noções de propriedade privada, o trabalho passa a ter valor de uso e não mais de troca, se tornando mercadoria, neste sentido ao mesmo tempo em que humaniza ele desumaniza, pois o trabalhador vende sua força de trabalho, sendo aquilo que produziu mais importante do que o próprio trabalho, é o que Marx

chama de contradição, uma vez que não é algo opcional e sim obrigatório, o trabalhador é forçado a realizar aquela atividade.

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina sua consciência. (MARX, 1983, p. 24)

A fala dos entrevistados vem reforçar o materialismo histórico de Marx, em que são as condições materiais que determinam a consciência. Pois estes adolescentes percebem no trabalho uma fonte de responder as suas necessidades, seja vestir, comer e beber ou até ajudar a própria família, então a partir das condições materiais de existência é que estes são capazes de pensar em respondê-las por meio do trabalho. O que reflete em suas projeções para o futuro e tem relação estreita com o próximo tópico a ser explorado, que diz respeito aos seus sonhos.

1.4) SONHOES DOS SUJEITOS DE PESQUISA.

O jovem traz consigo sua trajetória de vida e com isso seus sonhos, anseios e objetivos. Para Minayo (1999):

Para se entenderem os processos sociais em que os jovens se envolvem, é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. As condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se entenderem não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos. A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores [...]. (MINAYO, 1999, p. 12).

Então ao serem indagados sobre seus sonhos, verificou-se em ambas as pesquisas, as projeções destes adolescentes para o futuro estão correlacionado em exercer atividades de trabalho, que as permitam aquisição de bens materiais e também uma formação profissional:

“Pretendo ser engenheiro, me veio ser engenheiro, arrumar as coisas pra eles construir.” (Ézio, 2015)

“Eu pretendo ser ator, se não conseguir ser ator eu pretendo trabalhar com administração. Ator porque é uma coisa que eu gosto de fazer, eu não tenho

vergonha. E administração porque eu acho legal...eu tava fazendo curso administrativo.” (Pedro, 2015)

“Eu espero ter minha casa própria, minhas próprias coisas e não depender dos outros.” (Pablo Vitar, 2017)

“Crescer na vida, ter minhas coisas, não depender dos outros. Trabalhar, correr atrás das coisas, estudar.” (Jessica, 2017)

“Eu quero fazer faculdade de letras no momento. Eu quero ser independente. Eu não sei se você vai colocar isso, mas meu sonho é ter móveis planejados. Um dia quero voltar aqui na OSSA e retribuir tudo que me foi passado. Tipo quando eu precisei de alguém para desabafar, eles estavam aqui para me ouvir. Eles me fizeram ver a necessidade de muitas pessoas e eu quero ajudar as pessoas, por isso já pensei em fazer serviço social.” (Alanis, 2017)

As expectativas em relação ao futuro, indicadas pelos adolescentes, inscreve-se nas situações de percepção destes em relação a suas chances futuras, especialmente o lugar do trabalho em seu projeto de vida. Bock e Liebesny (2003) chamam atenção para o fato de que, embora se refiram ao futuro, é no presente que os projetos de vida são construídos e constituídos, estando eles relacionados à construção da identidade - processo contínuo e fruto de sua pertinência a um grupo social em que concretiza as relações de produção de si mesmo e da realidade na qual se insere. Já para Alberto (2007), o futuro, para os trabalhadores precoces, é pensado como uma imagem de trabalho, que pode ser tanto negativa quanto positiva. Para ele, os adolescentes revelam suas expectativas de futuro, explicitando uma ordem do desejo, e outra que é da ordem da realidade. A primeira revela a aspiração a um futuro melhor por meio do estudo (formar-se e ter um emprego regular que possibilite reconhecimento), enquanto a segunda não enxerga futuro a partir da inserção precoce no trabalho.

Parece, pela resposta verbalizada pelos adolescentes, estes indicam que o trabalho se apresenta como elemento central nos projetos de vida destes jovens, ou seja, o futuro é sempre relacionado a sua inserção na sociedade por meio de algum tipo de trabalho. Ainda tão jovens em suas idades, poderiam estar pensando em outras situações como brincar, jogar, enfim pensar em lazer, talvez situações vivenciadas por outros adolescentes da mesma faixa etária destes, mas que nem cogitam ou conhecem a realidade do adolescente aprendiz.

Por outro lado, ao revelarem uma escolha profissional, o fazem também com o peso de responsabilizar-se por sua família, ou ainda, o de apreender o peso das dificuldades econômicas, entendendo-as como um impedimento, e, por outro, o de buscar uma saída

salvadora, o esforço pessoal, que aparentemente os liberta dessa armadilha, dessa situação quase sem saída.

Fica evidente também, após estes relatos, a reprodução imposta pelo modelo de sociedade capitalista em seu estágio exacerbado, onde se impera o consumismo exacerbado, em que se prevalece o ter, ao invés do ser. Pois se verifica nas falas o desejo da aquisição do material (com exceção de apenas uma que demonstra uma preocupação com o outro), tal como o individualismo egoísta do mundo capitalista. A ideia aqui, não é a de culpabilizar os sujeitos da pesquisa pelos seus interesses materiais, mas sim mostrar que a rede de proteção local não trabalha com estes adolescentes numa perspectiva de posicionamento crítico acerca da realidade a qual estão inseridos. Pois estes estão alienados e não compreendem neste movimento e nem se reconhecem como atores capazes de participar da transformação do mundo.

Discutir a relação entre trabalho e juventude é mais do que analisar a questão da escolha profissional e da obtenção de um emprego. Significa contribuir para formulação de um projeto de vida, clivado de valores sobre o sentido do trabalho como meio de realização pessoal e de participação na transformação do mundo. (SILVA, 2001 p.2)

E de quem é a responsabilidade pela formação do pensamento crítico destes adolescentes? É de todos aqueles que de alguma forma participam ou passam por suas vidas, principalmente os equipamentos cujo objetivo é de promover autonomia, participação, superação das vulnerabilidades sociais, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, posição esta em que se encontra a OSSA.

Outro aspecto importante que foi possível identificar ao refazer este estudo, consiste no que traz a fala de “Pedro, 2015”, onde este relata o desejo em ser ator. Tendo em vista a sua classe social, cabem aqui algumas indagações: quais as reais condições deste adolescente ter alguma ascensão no mundo artístico? Terá acesso a uma formação nesta área? Será possível que tenha alguma oportunidade para realização de um sonho como este? Que acesso a cultura possui os menos favorecidos? A verdade que se fala muito em inclusão social atualmente, mas há uma lacuna muito grande entre as propostas de inclusão social e sua efetividade na prática. Ao comparar dois adolescentes de classes antagônicas, onde ambos desejem se tornar ator, com certeza vai possuir mais chances, aquele de maior influência, com maior tempo de dedicação para desenvolvimento da atividade, bem como o que puder despender mais na formação. Como falar então em inclusão social, quando são duas

realidades completamente distintas, onde para um é possível a dedicação as atividades artísticas e o outro tem como prioridade comer, ajudar sua família, onde está a igualdade de acesso neste caso.

1.5) CONHECIMENTO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Quando abordados sobre o conhecimento que possuem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os adolescentes entrevistados em 2015 demonstram nenhum conhecimento relevante sobre o assunto. Já para os entrevistados recentemente, estes trazem alguns aspectos para reflexão:

“Mais ou menos. Nem sei quase, na verdade já esqueci tudo”. (**Jessica, 2017**)

“A gente falou sobre isso com a Laura, a nossa educadora aqui. Se eu não me engano é sobre o adolescente e a criança, contra o trabalho infantil”. (**Pablo Vitar, 2017**)

“Eu já li o ECA, eu lembro que toda criança tem o direito de ter uma família. Mas eu lembro também que toda criança tem o dever de frequentar a escola. O que chama a atenção não é o ECA, mas o que está em torno dele. Pois ele não chega nas crianças, muitos não sabem dos direitos e deveres que tem nele. Eu acho que começou a ter carência deste conhecimento, quando começaram a distribuir os livrinhos da turma da Mônica com informações sobre o ECA.” (**Alanis, 2017**)

Ainda há muito que avançar no que diz respeito à efetividade do ECA. Observa-se que muito pouco entendem sobre uma lei que é feita por eles e para eles. Os próprios adolescentes reconhecem que existe a necessidade de se trabalhar com o ECA na perspectiva deles mesmos, estão pedindo para que o ECA chegue até eles. Claro que muitos não possuem maturidade suficiente para compreensão de uma lei tão complexa quanto esta. Mas há sim o que se trabalhar dentro do ECA para o empoderamento dos sujeitos ao qual ele se aplica. Mais uma vez questiona-se o papel da rede local, neste trabalho de fortalecimento dos usuários, na construção do conhecimento do direito a ter direitos.

Analisar e compreender a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é infundado se realizado fora do contexto da sociedade brasileira na época. Pois os movimentos que surgem no intuito de mudar a realidade no trato às crianças e

adolescentes, nascem juntamente com todo um movimento da sociedade com vistas a mudar o panorama até então estabelecido.

Com a instauração da ditadura no Brasil após o golpe militar de 1964, a sociedade brasileira vivenciou um momento de ausência de direitos, tanto políticos como sociais. No entanto na década de 80 a resistência dos movimentos sociais, bem como a rearticulação e a forte pressão dos mesmos, resultaram na redemocratização do país. Nesse momento havia uma luta em prol de uma nova forma de se ver e pensar os direitos sociais, visando mudar os rumos da história. Destacamos aqui a convocação da Assembléia Nacional Constituinte que culminou na promulgação da nova carta magna, na Constituição Federal de 1988 que ficou também conhecida como constituição cidadã. Sobre isso Zanirato (2001) afirma:

Após vinte anos de ditadura militar, o Brasil passou a viver uma abertura política. A censura foi aos poucos se relaxando, surgiram novos partidos políticos, os movimentos sociais se reorganizaram, os sindicatos se fortaleceram e as demandas populares ganharam o cenário político. As aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária foram canalizadas para Assembléia Nacional Constituinte, convocada em 1986 para elaborar a nova Constituição do país. (ZANIRATO, 2001, p. 47)

E dentro deste contexto surgem os movimentos sociais relacionados à área da infância no início dos anos 1980 e vão ganhando força por volta de 1985. Havia uma oposição na forma como era entendida as medidas em relação às crianças das classes pauperizadas na sociedade, pois estas se encontravam em situação cada vez mais desumanizada e exposta a todo tipo de violência. Um dos movimentos de grande importância surgido nesse período foi Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, Souza (2012) afirma:

A conquista dos direitos sociais no âmbito da infância deve-se, sobretudo, aos movimentos sociais insurgidos a partir da década de 1980 no Brasil. Dentre os existentes, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), se destacou ao propor um atendimento às crianças e adolescentes de forma diferenciada, no sentido de promover o empoderamento dos jovens moradores de rua para que percebessem que a realidade em que estavam inseridos não era natural, mas sim fruto de um sistema que a produz. (SOUZA, 2012, p. 2)

O MNMMR entendia a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direito, e neste sentido poderiam sim ter consciência para uma reflexão sobre as suas condições de vida. Estes meninos eram vistos diante, não somente do governo, mas também de

toda sociedade como “trombadinhas” e o MNMMR visava romper com este viés marginalizado para com aqueles “excluídos” socialmente. Sendo assim os educadores se deslocavam até onde estes jovens se encontravam, e a perspectiva de trabalhar com eles no contexto em que estavam inseridos foi de grande importância e refletiu em todo o país. Souza (2012):

A sensibilidade e a experiência do MNMMR refletiu em todo o Brasil. Em diferentes estados foram organizados movimentos semelhantes com o objetivo de aproximar os educadores daquelas crianças que viviam na rua “sem laço nem documento”. A importância de trabalhar com as crianças e adolescentes no contexto em que elas estão inseridas aos poucos foi gerando resultados até que alguns anos depois o Movimento foi convidado a participar da elaboração da legislação mais inovadora do Brasil neste âmbito. (SOUZA, 2012, p. 2)

Surge então, no decorrer da Constituinte, de acordo com Cruz e Domingues, duas frentes ou “campanhas” na busca pela efetivação de garantir os direitos da criança e do adolescente, foram elas “Criança e Constituinte” iniciativa do Ministério da Educação; e “Criança-Prioridade Nacional”, abaixo assinado nacional com vistas à emenda popular com este mesmo nome, e que fossem inseridos na nova Constituição os direitos das crianças. Os resultados e a dimensão dos movimentos¹¹ podemos encontrar nos artigos 227 (que deu aparato legal na implementação do ECA) e 228 da Constituição Federal de 1988, norteados pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Além disso, surgiu também o Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos direitos da criança e do Adolescente – Fórum DCA em Março de 1988.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, se iniciou a busca pela regulamentação dos artigos 227 e 228, foram elaboradas seis versões de projetos de lei que incorporassem a proteção à criança e juventude, até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

O surgimento do ECA foi sustentado pela Doutrina da Proteção Integral defendida pela ONU e presente na Declaração dos Direitos da Criança, que entende a

¹¹ Ressaltamos também a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança de 1985; a Pastoral do Menor de 1978, um dos primeiros na defesa à criança e ao adolescente.

Estes movimentos foram fortemente influenciados pela Convenção dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas – ONU. (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p 3)

criança e o adolescente como sujeitos de direitos e os coloca em uma condição peculiar, como pessoas em condição de desenvolvimento. Neste contexto a criança e o adolescente deixam de ser entendidas como uma extensão da vida adulta e não mais são vistos como propriedade da família, do Estado ou da sociedade, mas sim vistos com todo respeito, dignidade e direito a liberdade. Sendo assim o artigo 3º do ECA aponta:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990)

E ainda conforme predisposto no artigo 4º do ECA, tanto a família, quanto o Estado e sociedade em geral, devem assegurar, com prioridade a garantia do direito à vida, à educação, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Seguindo uma série de direitos e deveres elencados no ECA, o antigo Código de Menores que vigorou até 1990 com toda sua irregularidade passa a ser revogado pelo ECA.

A terminologia “menor” deixa de ser utilizada para caracterizar a criança oriunda da família das classes subalternas em situação “irregular”, rompendo com este conceito e introduzindo a concepção de criança e adolescente no campo jurídico, todos aqueles com idade abaixo de 18 anos, independentemente da classe social e das condições econômica e familiar, são entendidos para efeitos da lei como menores. Embora alguns conservadores ainda se utilizem do termo “menor” dentro da sociedade para definir quem comete ato infracional pertencentes às famílias pauperizadas, já os que possuem poder aquisitivos são chamados sim de adolescentes.

No artigo 2º do ECA está definido como crianças aqueles cuja idade vai até os doze anos incompletos, e como adolescente a faixa etária entre doze e dezoito anos, e também é aplicado excepcionalmente para aqueles com idade entre dezoito e vinte e um anos.

O ECA representou um grande avanço em relação às políticas direcionadas à criança e ao adolescente, e conta com o esforço de diversas entidades para sua disseminação. Contudo apenas uma lei nova não é suficiente para que se transforme efetivamente a realidade, além do aparato legal se faz necessário um conjunto de ações

que envolvem compromisso e decisão política. Sobre isso Bazílio (2003) citado por Cruz e Domingues, aponta alguns motivos pelos quais esta lei não tenha sido implementada tal como deveria:

O primeiro, devido ao aumento da violência, os setores conservadores atacam os defensores dos direitos humanos, alegando que estes, através dos movimentos de paz e cidadania, geram impunidade; segundo, a falta de aplicação de recursos por parte do governo federal no setor, deixando todo financiamento a cargo dos municípios; terceiro, há nos anos noventa uma quebra dos mecanismos de solidariedade, pelo fato das entidades não-governamentais, que lutaram juntas pela aprovação da lei, estarem competindo, em decorrência da própria crise de financiamento; e por último do amadorismo daqueles encarregados de tocar a coisa pública. (BRAZÍLIO, 2003 apud CRUZ; DOMINGUES, p.10)

O fortalecimento do neoliberalismo irá influenciar novos meios de se governar no país, sobretudo na tangente das políticas sociais e garantia de direitos, o Estado transfere ao terceiro setor as suas responsabilidades de cunho social, que vai assumindo o caráter assistencialista. Neste sentido mesmo com o ECA legalizado este apresenta grandes desafios para sua efetivação.

É necessária uma participação popular nos mecanismos de defesa de direitos que surgiram juntamente com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, participando dos conselhos, entidades de classe, dos movimentos sociais, com vistas a propor junto ao governo políticas públicas que viabilizem o acesso da população em geral aos direitos sociais previstos em leis. Formando assim frentes de resistência ao retrocesso, olhar para o passado, da história de nossa sociedade é fundamental, para se pensar em perspectivas de futuro com vistas na garantia e ampliação dos direitos de cidadania e democracia.

1.6) SIGNIFICADO DA ESCOLA.

Entendendo o papel preponderante que a escola desempenha na formação dos adolescentes, é imprescindível questionar os sujeitos de pesquisa acerca do que a escola significa para eles. Ambas as pesquisas demonstram o mesmo posicionamento dos adolescentes em relação à escola.

“Eu vou lá só para aprender, ela ensina a gente a ser alguém na vida, porque sem estudo a gente não pode arrumar trabalho. (Ezio, 2015)

“A escola ela significa... uma passagem para o sucesso fora dela. Acho que ela tem muito a oferecer.” **(Pedro, 2015)**

”Ah você aprende né, aprende a lê e escreve, terminar o ensino médio e trabalhar.” **(Bruno P., 2015)**

“Pra mim significa uma sabedoria, que eu aprendo ir mais pra cima do que pra baixo.” **(Lucas, 2015)**

“Tudo né, você aprende. Aprende a ser educado, aprende que vai ter um futuro lá na frente, só.” **(Bruno, 2015)**

“Eu gosto de ir porque a gente tem que ser alguém na vida, sem estudo a gente não é nada.” **(Jessica, 2017)**

“Olha a escola é aprendizagem e também é uma forma de a gente ter conhecimento de mundo diferente. Eu acho que ela é um sistema muito comunista, porque quando você estuda eles classificam as pessoas desde muito cedo. Isso percebe na diferença da escola particular para escola pública, porque geralmente as pessoas da escola particular tem mais atenção. E o ensino público se tornou decadente.” **(Alanis, 2017)**

Mesmo com falas bastante sucintas, os entrevistados fazem uma relação da importância da escola para a conquista do emprego, pois identificam que sem concluir os estudos não conseguem trabalho ou que seria mais difícil. Além de entenderem que ela é um espaço de aprendizado, de desenvolvimento, compreendem que através dela podem ter perspectivas de futuro, a escola representa esperança.

A escola é uma instituição fundamental para o processo de formação do jovem e para inserção no universo do trabalho, pois esta se constitui como um espaço de convivência e de socialização.

Apesar de as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, poder influenciar na mudança da educação ou da escola perdendo um pouco os objetivos de preparar para o trabalho, observamos ainda expressivamente um modelo de educação que visa o disciplinamento, com maior controle das atividades, do tempo e do espaço.

Nos estabelecimentos de ensino, através de mecanismos disciplinares e hierárquicos, ocorre uma distribuição serial de lugares sociais, visando a um maior controle das atividades e uma preparação subjetiva dos futuros trabalhadores. O controle do tempo, do espaço, das atividades nas escolas prepara as crianças e os jovens para inserção no mercado fabril através da interiorização da disciplina. (WICKERT, 2006, p. 262)

E assim também o é no mundo trabalho. Dentro de uma empresa o trabalhador tem hora para comer, tempo de banheiro controlado, hierarquia que deve ser respeitada. Não se difere em nada de uma sala de aula, onde temos um professor, que normalmente dita as regras a serem seguidas por todos, à hora do intervalo, a disposição dos lugares. É evidente que a

escola ainda está ligada a posturas e padrões de conduta dos educando, enquanto futura força de trabalho em detrimento do capital, mais do que na formação de sujeitos críticos ou seres pensantes.

Com o capitalismo exacerbado, permeado de ideologias, maior intensificação da exploração da força de trabalho pela tecnologia, aliado ao controle do estado, aumenta cada vez mais a desigualdade e neste cenário os jovens são chamados a inserirem-se no mundo do trabalho cada vez mais cedo e com isso a dedicação aos estudos passa a ser segundo plano.

No mundo do lucro e da produção em massa, a desigualdade social enfraquece as possibilidades de realização das potencialidades humanas, particularmente dos mais jovens, o capitalismo, em países como o Brasil, traz uma cultura de exploração que produz e reproduz a desigualdade social, impregnada nas políticas econômicas e públicas. (SILVA, 2011, p.6)

Diante das contradições oriundas da sociedade capitalista, a população juvenil sofre mais ainda, pois sendo também sociedade do consumo, existe a necessidade de trabalhar ao mesmo tempo em que lhes são exigidos melhores qualificações. Porém oportunidades que permitam trabalhar e estudar são insuficientes, cabendo ao jovem adiar os estudos para inserção no mundo do trabalho. E assim ele tem dificuldade para uma melhor colocação no “mercado” de trabalho, bem como não lhes são assegurados o direito de estudar, conforme previsto na Constituição Federal. Há quem possa dizer que eles têm o direito de estudar e que deixar os estudos para trabalhar é uma escolha. Mais uma vez voltamos a Marx quando este fala sobre contradição, onde vender a força de trabalho não é algo opcional e sim obrigatório. As condições materiais de existência exigem do jovem que este trabalhe.

Vale ainda destacar sobre a educação nos moldes atuais, mais precisamente no território onde se encontram estes adolescentes, indigna-se pelo tipo de educação que estes vêm recebendo durante sua trajetória escolar. Pois é visível a carência de formação que os adolescentes possuem. Quando são interrogados, questionados sobre percepção de mundo, da sua própria realidade, através da observação identifica-se uma enorme dificuldade para verbalizar suas respostas, estas sempre são feitas de forma tímida, muitas vezes antecipada por um: - ah, não sei, ou uma pausa longa. A escola tradicional não dá conta de uma formação humanizada, no pensar coletivamente, no proporcionar a estes jovens uma consciência crítica sobre o mundo ao seu redor.

A educação no modelo de sociedade capitalista ganha rumos meramente tecnicista, no atendimento a própria lógica capitalista de acumulação. Ela é pensada tão somente na formação de mão de obra rápida e também vai se tornando mercadoria, uma vez que as

mudanças ocorridas no mundo do trabalho passa a exigir um trabalhador polivalente, não basta o capital se apropriar do fazer agora ele se apropria também do pensar dos trabalhadores. Neste contexto, é crescente a busca por melhores qualificações e profissionalização.

É necessário pensar em novas formas de educação, ela precisa ser entendida para além da expansão capitalista, não descartando aqui a formação técnica especializada, mas pensar a educação inserida num movimento de transformação do real, uma educação que integre tanto formação técnica, quanto uma educação que prepara o indivíduo para sua inserção na vida em sociedade, compreensão e transformação do mundo ao seu redor.

Um movimento se faz necessário para que a educação alcance novos horizontes, é preciso um comprometimento não só dos profissionais da educação, mas de todos aqueles que trabalham em interface com a educação. Entendendo que educar é um processo contínuo durante toda a vida, absorção e transmissão de conhecimento que os homens (aqui enquanto raça humana) adquirem uns com os outros, cada pessoa é co-autor de um processo de aprendizagem transformador.

Rubens Alves no seu texto sobre Jequitibás e Eucaliptos (1993), faz uma reflexão entre a diferença entre professor e educador. Enquanto o professor é sustentado pela lógica do capital, institucionalizado, funcionário do Estado e comprometido com o valor tecnicista do conhecimento; por outro lado existe o educador, movido por sentimentos, amor, paixões, onde não se definem pelo que fazem, mas sim pela sua estória. Educadores também entendem que cada aluno é único e trazem consigo a sua estória, percebem cada uma dentro seu contexto sócio-histórico, onde estes não são mensuráveis ou quantificáveis. Educadores são capazes de preparar para a vida e isto faz toda diferença. No entanto, não há uma formação própria para educadores. Tanto professores, como cada ser humano pode ser também um educador, basta que para isso seja despertado o educador que existe em cada um e que está adormecido. E isto somente é possível através da experiência de amor. Educadores são formadores de opinião capazes de transformar o mundo.

Neste sentido percebemos que a educação se configura como um terreno de conflitos sociais, exercido para reprodução da vida social e como instrumento útil para preservar a desigualdade social e econômica decorrentes das relações de poder oriundas do Estado burguês e do modelo capitalista de produção, sob a lógica do capital.

Ao atuar neste espaço socioocupacional, permeado de conflitos, cabe ao assistente social ter clareza em qual projeto societário está inserido e vinculado ao projeto ético-político profissional que defende, porque disso depende a sua intervenção. De um lado visando à construção de uma nova ordem societária, sem a dominação e exploração de classe, etnia e gênero, onde a atuação vislumbra a emancipação e autonomia e em favor a garantia dos direitos dos usuários; ou por outro lado, atenda a demanda capitalista de manutenção e reprodução do capital.

Vislumbra-se o rompimento com este modelo de educação alienante, pois é através da educação que se dão os primeiros passos para se pensar em novas formas de se organizar a sociedade, onde o bem comum se sobreponha ao capital, onde as relações sociais sejam mais importantes do que os objetos, para que se deixe de humanizar as coisas e de “coisificar” os humanos. Uma sociedade realmente mais justa e igualitária, livre de toda forma de exploração do homem sobre o homem, de opressão e onde haja a socialização da riqueza socialmente produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC teve como proposta fazer uma comparação do trabalho realizado com adolescentes da Obra Social Santo Aníbal - OSSA, entre 2015 e 2017. A OSSA é uma Organização Não Governamental, atuante no terceiro setor. Possui como principal serviço, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV, cujo público alvo é crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A partir das entrevistas atuais realizadas com os adolescentes da OSSA e comparando-as com as de 2015, se fez possível atingir o objetivo proposto de verificar a evolução do trabalho realizado com os adolescentes pela instituição. Entendendo que na entrevista, não só a fala dos sujeitos é significativa, mas sim todo o contexto em que ela acontece, onde a observação também traz muitos elementos para análise.

Em relação ao conhecimento dos adolescentes sobre aprendiz, a percepção destes ainda é a mesma. Ainda que com tão pouca idades, foi possível identificar a relação que os adolescentes fazem com o universo do trabalho, no contexto da realidade ao qual estão inseridos. Pois estes relacionam a atividade de aprendiz com o trabalho, o qual se apresenta para eles como necessidade inerente a vida humana, meio pelo qual podem adquirir autonomia e responder as necessidades materiais e subjetivas de sobrevivência. O trabalho está presente em suas projeções para o futuro, onde a inserção na sociedade se dá através de alguma forma de trabalho. Estes adolescentes, que deveriam estar pensando em desenvolver outras atividades de lazer, já se vêem responsáveis por sua família diante das dificuldades econômicas, buscando através do esforço pessoal, melhores condições de vida, não só para si, mas também de seus familiares.

A pesquisa revela, por meio da observação e também através de falas sucintas, uma grande dificuldade de verbalizar as respostas ao serem indagados. Isso leva a refletir acerca do trabalho efetivo da rede de proteção do território, sobretudo da OSSA. Uma vez que o SCFV deve promover a autonomia, participação na comunidade, protagonismo destes jovens, além de atuar para potencializar as funções protetivas das famílias, fortalecendo vínculos e prevenindo situações de risco. No entanto, verifica-se que a autonomia destes adolescentes deixa muito a desejar, uma vez que estes têm grande dificuldade de construir um pensamento crítico em relação às perguntas feitas. Apesar de demonstrarem a importância da escola para suas vidas, ainda cabe indagar sobre a educação, que se apresenta de forma alienadora, ligada

tão somente em atender aos interesses do capital, formando sujeitos acríticos, do que na construção de conhecimento que possibilite uma consciência crítica em relação ao mundo ao seu redor. E escola, diante deste contexto não constrói formadores de opinião, mas sim mão de obra barata e com grilhões. Vale destacar que não só a escola tem assumido este papel na comunidade, mas todos os outros equipamentos inseridos no território.

Outra questão evidente na construção deste estudo, diz respeito ao posicionamento do profissional de serviço social da instituição, uma vez que este se eximiu de participar da pesquisa, pesquisa essa que contribuiria significativamente para seu cotidiano profissional. Entendendo o papel preponderante que assume o serviço social em instituições do terceiro setor.

O serviço social nestas organizações (OSSA) do terceiro setor tem um papel fundamental, pois cabe a ele lutar para que a Política Nacional de Assistência Social, em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social, seja implantada nestes espaços. Assim como consolidar o projeto ético-político, para que os usuários tenham garantidos os seus direitos de democracia e cidadania. Contudo, através da fala do profissional de serviço social atuante em 2015, constata-se que falta um aprofundamento do serviço social com a questão da criança e do adolescente, pois relatou não ter conseguido sistematizar um trabalho com este público, que é próprio da instituição. Levando assim o serviço social a refletir sua atuação na OSSA, entendendo que são muitas as profissões que trabalham com as expressões da questão social, a especificidade do trabalho do assistente social consiste no empoderamento, ou seja, de levar os usuários a uma consciência do direito a ter direitos. Neste sentido entende-se que o responsável pelo serviço social, até o presente estudo, ainda não foi capaz de realizar um trabalho efetivo com os adolescentes da instituição, para promover o empoderamento destes. Isso é visível na fala dos sujeitos de pesquisa, uma vez que estão pedindo para que o Estatuto da Criança e do Adolescente chegue até eles.

Através do projeto emancipatório é possível pensar em romper com a dominação do capital, para tanto novas formas de distribuição de poder e da riqueza socialmente produzida, numa nova forma de associação digna à vida humana são necessárias. A emancipação humana consiste em libertar-se de forças coercitivas, das ideologias, através do conhecimento, contudo o obstáculo principal são as condições de trabalho assalariado. A liberdade neste contexto está alienada ao pensamento de viver coletivamente, a liberdade como

autodeterminação é coletiva, tendo em vista que consiste em impor as condições sociais de produção. Somente será possível a partir de outras formas de organizar a sociedade, tendo em vista que a educação é principal ferramenta para se pensar em outras formas de sociedade.

Enfim, não se constatou mudanças significativas no trabalho da OSSA com os adolescentes, desde a pesquisa de 2015, apenas uma mudança na estrutura organizacional da instituição, sobretudo no recursos humanos.

Sugere-se para os próximos trabalhos nesta linha de pesquisa, um aprofundamento em relação à oferta dos serviços prestados pela instituição e a sua relação com financiamentos por parte das instituições públicas.

Para os assistentes sociais, cabe destacar que estes não percam de vista o universo das possibilidades, não adotando, por um lado uma postura messiânica, em achar que o serviço social pode dar conta de tudo sozinho, nem por outro uma postura fatalista, de achar que nada pode ser mudado. É necessário ampliar os horizontes das possibilidades na intervenção junto à população juvenil. Não se amarrando apenas, no desenvolvimento de ações de cunho profissionalizante, que tendem a atender aos interesses do capital. E sim efetivar políticas públicas que possibilitem ao adolescente, enquanto sujeitos de direitos, acesso também à cultura, esporte e lazer, lembrando que estes são protagonistas da sua própria história e prepará-los para sua autonomia e construção da identidade é crucial.

Encerra-se com Bertold Brecht, para que uma reflexão sobre a naturalização das coisas:

“Nada é impossível de mudar Desconfiai... Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar” (Bertold Brecht)

REFERÊNCIAS

- Alberto, M. F. P. *As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua*. Laboreal, 3 (2), 8-21, 2007.
- ALVES, Rubem Azevedo. *Conversas com quem gosta de ensinar*. Ars. Poética, São Paulo: 1995.
- AMADOR, Josy Ramos de Oliveira. *O Exercício profissional do Serviço Social no capitalismo contemporâneo: desafios e possibilidades para a efetivação do Projeto Ético-Político*. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011. Disponível em www.osocialemquestao.ser.puc-rio.br acesso em 08 de setembro de 2017 às 16h33min
- BOCK, A. M. B., & LIEBESNY, B. *Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo*. In S. Ozella (Org.), 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05 de Outubro de 1988. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004*. Brasília, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência-CNAS. *Tipificação dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília, 2009.
- BRASIL, Presidência da República. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei 8.066 de 13 de Julho de 1990, Brasília, 1990. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 06 de Junho de 2017 às 19 horas 28 minutos.
- BRITO, Maria Meirilene Lopes de. *Juventude, pobreza e trabalho: Desafios para o mundo contemporâneo*. Ceará, 2006.
- CERQUEIRA FILHO. G. *A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- CRUZ, Osafá Pereira; DOMINGUES, Andre Luiz. *O significado pela a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a avaliação de sua aplicação*. (UEM-PMM/SASC)
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Globalização correlação de forças e serviço social*. Cortez, São Paulo: 2013.
- FÁVERO, Eunice Terezinha. *Instruções sociais de processos, sentenças e decisões*. São Paulo, 2007.
- GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social*. Rio de Janeiro, 2000.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*: livro I. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MINAYO, M. C. S. et al. *Fala Galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL. Guia de orientações. Projeto Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Disponível em <http://www.ossa.org.br>, acesso em 18 de Março 2017, às 17h55min.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. *A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios*. Ed. Cortez, 1996.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Educação profissional e aprendizagem no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas*. Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais, 2010. Disponível em www.senept.cefetmg.br acesso em 31 de setembro de 2017 às 09 horas 32 minutos.

SILVA, Marcos Antônio Batista Da. *Jovens Adolescentes e a inserção no mundo do trabalho: influências e percepções*. Salvador, 2011.

SOUZA, Tainara de Jesus. *O movimento nacional de meninos e meninas de rua e a conquista dos direitos: o marco do movimento social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil*. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, 2012.

WICKERT, Luciana Fim. *Desemprego e Juventude: jovens em busca do primeiro emprego*. Psicologia Ciência e Profissão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

APÊNDICE 01 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ADOLESCENTES QUE JÁ PARTICIPARAM DA OSSA.

ADOLESCENTE E PRIMEIRO EMPREGO: A PERSEPÇÃO DOS ADOLESCENTES DA OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL SOBRE A INSERÇÃO NO UNIVERSO DO TRABALHO

Dados de Identificação:

Nome fictício _____

Idade _____

Escolaridade _____

Reside em casa própria ou alugada? _____

Qual sua composição familiar? _____

A família recebe algum benefício governamental? _____

Questões:

- 1) Você já participou da OSSA? Quanto tempo participou? Por que saiu?
- 2) Que atividades você desenvolvia na OSSA?
- 3) Você conhece o programa adolescente aprendiz? O que sabe sobre o programa?
- 4) Pretende exercer atividade como aprendiz? E o que significa para você esta atividade?
- 5) Você atua ou atuou como aprendiz? Relate esta experiência.
- 6) Você exerce ou já exerceu alguma atividade remunerada?
- 7) Qual seu sonho? O que pretende fazer?
- 8) Você tem algum conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?
- 9) Qual o significado da escola para você?

APÊNDICE 02 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ADOLESCENTES DA OSSA.

ADOLESCENTE E PRIMEIRO EMPREGO. A PERSEPÇÃO DOS ADOLESCENTES DA OBRA SOCISL SANTO ANÍBAL SOBRE A INSERÇÃO NO UNIVERSO DO TRABALHO

Dados de Identificação:

Nome fictício _____

Idade _____

Escolaridade _____

Reside em casa própria ou alugada? _____

Qual sua composição familiar? _____

A família recebe algum benefício governamental? _____

Questões:

- 1) Porque você participa da OSSA? Quanto tempo participa?
- 2) Que atividades você desenvolve na OSSA?
- 3) Você pretende exercer atividade como aprendiz? E o que significa para você esta atividade?
- 4) Você atua ou atuou como aprendiz? Relate esta experiência.
- 5) Qual seu sonho? O que pretende fazer?
- 6) Você tem algum conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?
- 7) Qual o significado da escola para você?

APÊNDICE 03 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ASSISTENTE SOCIAL

ADOLESCENTE E PEIMEIRO EMPREGO: A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES DA OBRA SOCIAL SANTO ANÍBAL SOBRE A INSERÇÃO NO UNIVERSO DO TRABALHO.

Data da Entrevista

Duração da Entrevista

Local:

Elementos presentes: Entrevistadora e Assistente Social

Questões:

Idade do profissional

Tempo de formado

Local que se formou

Fez algum curso de especialização

Participa de algum movimento/conselho?

Questões

- 1) Talvez possamos começar por conhecer sua formação profissional. Fale um pouco sobre esta formação?
- 2) E sua experiência profissional? Trabalha na Instituição há quanto tempo? Trabalhou antes onde?
- 3) Qual a principal atividade no que se refere à atuação com adolescentes para preparação para a aprendizagem?
- 4) Fez alguma formação específica para o trabalho com adolescentes?
- 5) Qual ou quais as dificuldades na atuação com os adolescentes?
- 6) Com relação ao trabalho na OSSA e o Serviço Social como o definiria?
- 7) Quais as principais atividades realizadas pelo profissional de Serviço Social?
- 8) Qual sua concepção de trabalho?
- 9) E com relação a atividade do adolescente aprendiz?